

Apelo À Ação De Um Bilhão De Vozes

Mil Milhões de vozes:

Um apelo à ação para melhorar e aumentar o financiamento público para a educação

A campanha 'Mil Milhões de Vozes', liderada pela Campanha Global pela Educação, visa fornecer uma maneira de, urgentemente, abordar a crise educacional global provocada pela pandemia COVID-19 e assegurar um financiamento público melhorado e aumentado para a educação. Durante o pico da pandemia COVID-19, cerca de 1 500 milhões de alunos viram a sua educação suspensa ou interrompida^[1]. Os sistemas de educação continuam a enfrentar uma crise devastadora, os desafios em torno do financiamento público e a pressão cada vez maior sobre os recursos para os serviços públicos estão a resultar numa menor priorização da educação. Embora alguns alunos tenham retornado à escola, a pandemia COVID-19 aprofundou a exclusão digital de muitas comunidades especialmente vulneráveis, incluindo crianças com deficiência.

O mundo enfrenta um ponto de inflexão onde começou uma reversão sísmica no progresso significativo da educação nas últimas décadas e tem efeitos devastadores no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, educação de qualidade, além de muitos dos outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a ser cumpridos até 2030. Além disso, o Banco Mundial projeta um corte potencial de 10% nos orçamentos da educação devido à pandemia COVID-19^[2]. As medidas de austeridade não são uma saída para uma crise económica; as instituições multilaterais devem apoiar o investimento em vez da austeridade para permitir que os serviços sociais, incluindo a educação, sejam as últimas áreas a enfrentar cortes.

Este Apelo à Ação fornece um conjunto de recomendações de políticas para uso do movimento da Campanha Global pela Educação, de atores e ativistas da educação, de modo a orientar os nossos esforços coordenados e colaborativos de defesa e lobby durante o próximo ano, de modo a alcançar um financiamento público melhorado e aumentado para a educação. Se levantarmos mais de mil milhões de vozes pela educação, e ficarmos lado a lado como um movimento global, podemos e iremos alcançar a aprendizagem ao longo da vida para todos.

1. Os Estados devem aumentar e melhorar o financiamento interno para a educação

Os Estados devem cumprir os compromissos assumidos no Marco de Ação Incheon 2030 em relação ao financiamento interno, para proteger o progresso que está a ser feito em direção ao

cumprimento do ODS4. Os recursos domésticos continuam a ser a fonte mais importante de financiamento da educação, fornecendo cerca de 97% do financiamento total da educação^[3]. Deve haver um compromisso claro por

parte dos Estados de fornecer financiamento equitativo, compatível com as prioridades, necessidades e capacidades educacionais nacionais, para promover a realização progressiva do direito à educação. O orçamento nacional deve ter a sensibilidade de responder aos mais pobres e marginalizados para combater a desigualdade, discriminação e exclusão na educação. É sabido que os grupos mais marginalizados costumam receber menos recursos. Ao destinar um orçamento progressivo às comunidades mais desfavorecidas, o Estado também deve garantir que outras metas possam ser alcançadas, relacionadas com a qualidade da aprendizagem, o desenvolvimento profissional dos professores, o acesso aos bens culturais, a educação para a cidadania global e a aprendizagem ao longo da vida.

Aumentar e melhorar o financiamento interno para a educação também requer a melhoria dos mecanismos democráticos de monitorização de gastos. As comunidades e os cidadãos em geral têm o direito de fiscalizar a gestão governamental em diferentes estágios do ciclo orçamental, e a diferentes níveis. Este é um princípio central da responsabilização que deve ser promovido.

A CGE exorta ao compromisso para com os acordos internacionais existentes e uma adesão urgente à seguinte referência internacional para o financiamento doméstico da educação:

- Alocar pelo menos 4% a 6% do produto interno bruto (PIB) à educação e / ou
- Alocar pelo menos 15% a 20% das despesas públicas à educação.

Os estados devem melhorar a monitorização e o planeamento financeiro, incluindo a partilha de dados para monitorizar os gastos e os resultados, e maior responsabilização sobre como os fundos são gastos. Os estados devem disponibilizar publicamente os orçamentos para a educação de forma a permitir que as OSC façam a monitorização e rastreio dos orçamentos e gastos com a educação. Para ajudar a torná-lo possível, apelamos à comunidade internacional para apoiar o desenvolvimento e o lançamento de um novo Observatório Internacional de Financiamento para a Educação.

2. Os Estados devem aumentar a sua base tributária a fim de aumentar os recursos internos disponíveis para a educação e outros serviços públicos

São necessárias reformas tributárias substanciais para aumentar de forma justa o orçamento geral do governo, bem como a parcela do orçamento proporcionalmente destinada à educação. A CGE acredita que a única maneira prática e realista de os países lidarem com estas pressões concorrentes sobre os orçamentos governamentais é maximizar a receita disponível através da construção de sistemas de tributação domésticos progressivos e ampliados, revendo os acordos

de impostos e royalties no sector corporativo, particularmente o sector dos recursos naturais e fechando brechas que permitem a fraude e evasão fiscais por parte do sector privado, por meio das quais os países em desenvolvimento perdem USD 138 mil milhões por ano^[4].

Os Estados devem aumentar a sua base tributária para possibilitar um aumento dos recursos internos disponíveis para os serviços públicos, incluindo a educação. Os Estados também devem examinar novas fontes de impostos e trabalhar no sentido de um rácio dos impostos em relação ao PIB de, no mínimo, 20%.

A CGE acredita firmemente que pagar impostos justos é uma obrigação moral e um pré-requisito para os atores privados que querem contribuir para o debate sobre a política educacional. O FMI sugere que a maioria dos países poderia aumentar os seus rácios de impostos em relação ao PIB em 5% a médio prazo (3 a 5 anos) – e a CGE acredita que todos os países devem desenvolver estratégias ambiciosas para o fazer usando impostos justos e progressivos.

3. Devem ser tomadas ações urgentes de serviço da dívida, incluindo o cancelamento da dívida para os países menos desenvolvidos e de baixo desenvolvimento

Se não forem tomadas medidas urgentes para aliviar ou cancelar a dívida, a alocação de recursos financeiros internos para pagar o serviço da dívida terá um impacto significativo no desenvolvimento dos países a curto e longo prazo, em vez de garantir os direitos humanos básicos das pessoas. Evidências recentes sugerem que o fracasso da comunidade internacional em fornecer alívio antecipado da dívida a países cujos recursos financeiros foram alocados para enfrentar a pandemia da COVID-19 forçou um número significativo de países a cortar orçamentos públicos. A análise revela que 40 de 80 países implementaram “cortes de despesas compensatórias no valor de 2,6 por cento do PIB em 2020”^[5].

A fim de libertar recursos internos a ser disponibilizados para aumentar o investimento em serviços públicos, notavelmente educação inclusiva pública e gratuita para todos, a CGE pede:

- Cancelamento urgente da dívida para os países menos desenvolvidos e de baixo desenvolvimento;
- Alívio da dívida para países de rendimento médio e países de rendimento médio alto;
- E trocas de dívidas para países de rendimento médio e alto com sobreendividamento, sujeitas a acordos assinados por esses países para investir em educação.
- Um novo compromisso ou pacto de credores e devedores para exigir total transparência em acordos de empréstimos futuros

4. Os Estados devem garantir que os sistemas de educação promovam a equidade, a igualdade e que se concentrem nos mais marginalizados

Para que a educação contribua e cumpra os princípios da Agenda de Desenvolvimento Sustentável de “Não Deixar Ninguém para Trás”, as instituições educacionais devem ser inclusivas e promover ativamente a equidade e a igualdade. Isto significa que as barreiras que excluem alguns alunos do acesso à educação, ou que prejudicam o seu sucesso quando estão na escola, devem ser abordadas em todos os aspectos da vida social e escolar. Como afirma o Relator Especial da ONU sobre o direito à educação, Mdme Koumba Boly Barry, “as abordagens equitativas devem ir mais além do que garantir o acesso igual para todos, devem garantir que os alunos recebam o apoio de que precisam para ter sucesso, de acordo com suas circunstâncias individuais. A educação inclusiva visa garantir que todos os alunos, independentemente das suas origens linguísticas e culturais, capacidades físicas e mentais ou outras características pessoais, aprendam juntos num ambiente acolhedor e de apoio”. Os adultos sem oportunidades de educação também devem receber respostas eficazes por parte dos sistemas de educação pública.

Os gastos com educação pública devem cobrir todos os níveis e modalidades e ser centrados em garantir acesso e aprendizagem de qualidade para os mais marginalizados, incluindo alunos em contextos de conflito e desastre, refugiados, a chamada casta inferior, povos indígenas, pessoas em áreas remotas, raparigas e pessoas com deficiência.

Apesar de ser priorizada por crianças, jovens e pelas suas famílias, a educação em emergências é frequentemente negligenciada nas operações de socorro e recuperação. Isto tem sido evidente nos planos de resposta da COVID-19 em todo o mundo. A educação e a aprendizagem devem ser priorizadas nos planos de emergência, e totalmente financiadas. Desde 2010, menos de 2% do financiamento humanitário foi gasto em educação^[6].

Os Estados devem abordar especificamente os direitos das raparigas ao distribuir fundos para a educação e projetar sistemas educacionais e planos sectoriais. A pandemia COVID-19 levou a taxas alarmantes de casamento infantil e violência de género, que atuam como barreiras para o retorno das raparigas à escola.

5. Os Estados devem fornecer educação gratuita de qualidade para todos e acabar com a tendência de privatização e comercialização da educação

A CGE apela ao fim da tendência para o aumento da privatização e comercialização da educação que estava a surgir antes da pandemia COVID-19 e que se tem acelerado desde o início da pandemia.

Existem diferentes tipos de escolas privadas e, em muitos casos, estão sujeitas a diferentes regulamentações nacionais, consoante o objetivo da sua atividade. Existem diferenças, por exemplo, entre escolas sem fins lucrativos

administradas por ONG, escolas privadas com financiamento público, organizações religiosas, iniciativas lideradas pela comunidade e estabelecimentos e cadeias comerciais com fins lucrativos.

A crescente privatização da educação é um fenómeno global. De acordo com a Organização Mundial do Comércio, em todos os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), para os quais existem dados comparáveis, o financiamento privado em instituições educacionais representa cerca de 15% de todos os gastos, enquanto que, em mais de metade dos países em desenvolvimento, o gasto privado representa mais de 10% do gasto total com educação, com variações importantes. Hoje, as instituições privadas respondem globalmente por cerca de 30% de todos os alunos do ensino superior^[7].

A CGE acredita que o financiamento público deve sempre visar o fortalecimento dos sistemas de ensino público gratuito, conforme estipulado na legislação de direitos humanos, e todas as instituições privadas devem ser rigorosamente regulamentadas pela legislação nacional, especialmente as chamadas “escolas privadas de propina reduzida” que enfrentam inúmeras reclamações de práticas laborais exploradoras, discriminação, falta de transparência e não cumprimento dos padrões nacionais de educação, saúde e segurança.

A CGE acredita que a crescente privatização e a mercantilização nos sistemas de educação aumentaram as desigualdades na educação, aprofundaram a desigualdade económica, ameaçaram o progresso rumo à educação de qualidade para todos e prejudicaram a oferta de educação pública de qualidade. A CGE acredita que a expansão da educação com fins lucrativos e com propina está a contribuir para o aumento da desigualdade e exclusão nos sistemas educacionais, ao mesmo tempo que desvia os tão necessários fundos de abordagens do sector público que poderiam ajudar a atingir metas de universalidade, equidade e qualidade e, como tal, é uma tendência que deve ser revertida.

O estado não deve encorajar privatizações e parcerias público-privadas na educação. A CGE pede que a ligação entre qualidade e privatização seja mais questionada e pesquisada e pede que as escolas privadas sejam responsabilizadas segundo os mesmos padrões que as escolas comuns e que sejam monitorizadas da mesma maneira.

6. Os Estados devem melhorar a qualidade do ensino através de adequado recrutamento, remuneração e formação contínua de professores.

Os Estados devem rever, analisar e melhorar a qualidade da formação de professores (prévia e posterior à entrada na profissão) e oferecer a todos os professores uma educação prévia de qualidade, e apoio profissional contínuo, incluindo orientação sobre o uso da tecnologia para fins educativos.

A pandemia COVID-19 está a desafiar os sistemas de educação e a profissão docente tem estado na vanguarda da resposta, liderando o caminho para encontrar e implementar soluções criativas e inovadoras e criar novos ambientes de aprendizagem para os alunos. Os docentes têm sido vitais na orientação de alunos e comunidades, através desta crise sem precedentes, para alcançar a agenda ODS4. No entanto, a mobilização dos professores para enfrentar o desafio que se apresenta está em completa desconexão com as difíceis condições de trabalho, falta de meios, apoio e reconhecimento com que os professores viviam, já antes da pandemia.

Em todo o mundo, os professores tiveram que se adaptar e oferecer aprendizagem online, embora muitas vezes carecessem de informação básica e de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Os professores, na sua maioria mulheres, viram-se confrontados com as crescentes injustiças e crescentes desigualdades trazidas pela pandemia, quando muitas famílias não tinham a tecnologia ou conectividade para permitir que os alunos aprendessem online e, como resultado, muitos alunos ficaram para trás. De acordo com a UNESCO, globalmente, aproximadamente 50% e 43% dos alunos, respectivamente, não têm computadores ou internet em casa^[8]. Uma recente pesquisa global com professores realizada pela ActionAid mostrou que, embora a maioria das escolas (81%) tenha feito alguma provisão para ensino à distância, 76% dos professores disseram que só menos de metade dos seus alunos conseguiram acompanhar as aulas.

Como os professores são uma condição fundamental para garantir uma educação de qualidade equitativa, professores e educadores devem ser capacitados, adequadamente recrutados e remunerados, motivados, profissionalmente qualificados e apoiados em sistemas com recursos, eficientes e administrados com eficácia.

Em termos de financiamento para professores, o maior obstáculo enfrentado pelos países que desejam recrutar ou pagar mais aos professores é o conselho de política do FMI que diz aos países para congelar ou cortar as contas salariais do sector público em geral (em 78% dos países nos últimos 3 anos). Os professores são o maior grupo na maioria das folhas de pagamento – e, na maioria dos orçamentos de educação, mais de 90% do dinheiro vai para os professores. Os gastos com educação não podem ser aumentados sem aumentar os gastos com os professores. A solução é os governos de todo o mundo recusarem ativamente este conselho político coercitivo e verem o investimento nos trabalhadores do sector público como uma parte fundamental do apoio a uma recuperação económica pós-COVID – bem como para fornecer educação, saúde e outros ODS. As restrições à massa salarial do sector público devem ser removidas.

Os países desenvolvidos devem continuar a trabalhar em direcção à meta de 0,7% da ajuda internacional, sendo 20% desta alocada à educação, e aumentar as suas contribuições para a Parceria Global para a Educação e A Educação Não Pode Esperar.

A CGE reconhece que o cumprimento de todos os compromissos relacionados com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é crucial, incluindo os compromissos de muitos países desenvolvidos de atingir a meta de 0,7% do produto nacional bruto (PNB) para APD aos países em desenvolvimento. De acordo com os seus compromissos, a CGE exorta os países desenvolvidos que ainda o não fizeram a envidar esforços concretos adicionais em direção à meta de 0,7% do PNB para APD aos países em desenvolvimento, e a gastar 20% dessa ajuda em educação, a fim de garantir um financiamento atempado e previsível para alcançar o ODS4. A CGE recomenda melhorar a eficácia da ajuda através da Parceria Global para a Educação e o fundo A Educação Não Pode Esperar para que esta tenha uma melhor coordenação e harmonização, especialmente em ambientes de emergência, onde o impacto da pandemia COVID-19 foi sentido de forma mais dramática e a educação foi interrompida devido a conflitos armados, deslocamento forçado, desastres induzidos pelas alterações climáticas e crises prolongadas.

7. Os doadores multilaterais e bilaterais para a educação devem continuar a comprometer novos fundos para a educação.

A CGE acredita que a PGE deve desempenhar um papel de liderança no aumento do financiamento para a educação infantil, aumentando o financiamento da educação infantil inclusiva para deficientes e o financiamento da primeira infância para todos os países necessitados. Mil Milhões de Vozes apoia o processo de reaprovisionamento da PGE com o objetivo de garantir pelo menos USD 5 mil milhões e pede que os doadores se comprometam a tal.

Com financiamento atempado e previsível de muitos doadores desde o seu início, em 2016, os investimentos da ECW atingiram quase 3,5 milhões de crianças e jovens até o final de 2019 em 30 das piores crises humanitárias do mundo, mas são necessários outros USD 300 milhões para apoiar a resposta de educação de emergência da ECW à pandemia COVID-19 em crises em curso.

A CGE também acredita que a ajuda multilateral e de doadores deve evitar qualquer forma de endividamento de países de rendimento médio-baixo, muitos dos quais já estão com sobreendividamento alto ou moderado, e deve evitar fazê-lo num momento de crescentes vulnerabilidades da dívida, conforme documentado por atores da sociedade civil e pelo FMI. Os mecanismos de empréstimo não fornecem fontes de financiamento previsíveis e sustentáveis que ajudem os governos a fazer os investimentos de longo prazo necessários para melhorar a educação.

A CGE também está preocupada com a fragmentação do financiamento internacional da educação, que a comunidade internacional levou muitos anos a construir como uma arquitetura global harmonizada, e está também preocupada com o papel dos bancos multilaterais como motores da reforma educacional, considerando o seu histórico de falta de transparência, falta de direcionamento e apoio eficazes para os sistemas públicos de educação.

8. Os Estados devem ouvir e responder às vozes das pessoas afetadas e fornecer espaços seguros para que os indivíduos e a sociedade civil se manifestem

Os Estados e a comunidade global devem ouvir as pessoas afetadas, ouvir as suas vozes e responder. São elas professores, alunos, pais e voluntários da comunidade. Mais de mil milhões de pessoas deixaram de aprender devido à pandemia COVID-19. Mil milhões de indivíduos significa que há mil milhões de vozes que merecem uma palavra sobre o que lhes aconteceu e o que tem que acontecer agora. A CGE está empenhada em trabalhar arduamente para alcançar tantas pessoas afetadas quanto possível e ajudar a elevar as suas vozes e experiências para mobilizar a ação necessária para enfrentar a maior crise educacional de todos os tempos. A CGE está aqui para ajudar a fortalecer a rede global de base para a educação. É fundamental que a sociedade civil, os indivíduos e os ativistas tenham espaço e oportunidade para reivindicar com segurança a provisão do direito humano à educação.^[9]

^[1] UNESCO, 2020,

<https://en.unesco.org/news/learning-never-stops-tell-unesco-how-you-are-coping-covid-19-school-closures-0>

^[2] World Bank policy briefing, May 2020

<http://pubdocs.worldbank.org/en/734541589314089887/Covid-and-Ed-Finance-final.pdf>

^[3] Education Commission, The Learning Generation, <https://report.educationcommission.org/report/>

^[4] Devex, A Fair Global Tax System,

<https://www.devex.com/news/a-fair-global-tax-system-is-imperative-for-development-experts-say-90448>

^[5] Munevar's 2020:1

^[6] Education Cannot Wait, 2018, <https://www.educationcannotwait.org/the-situation/>

^[7] OECD Data sets on education spending <https://data.oecd.org/eduresource/spending-on-tertiary-education.htm>

^[8] UNESCO World Teachers Day briefing <https://en.unesco.org/sites/default/files/wtd-2020-overview-en.pdf>

^[9] *This Call to Action has been developed by and for the Global Campaign for Education movement, partners and education activists, it supports and reaffirms the 'Ten-point call to action on domestic financing of education post-COVID' undersigned by 190 organisations from 55 countries.*